

Um debate nacional para a Constituinte

ASS. 24 AGO 1986

Um debate nacional sobre a participação dos evangélicos na Constituinte. Esta foi uma das deliberações finais do I Encontro Nacional dos Candidatos e Políticos Evangélicos. O encontro reuniu políticos de vários Estados, e após uma série de palestras e discussões, foi aprovada uma Declaração de Brasília, explicitando os objetivos dos evangélicos que estão engajados no processo político brasileiro.

Deste documento fizeram parte outras reivindicações, como a separação entre a Igreja e o Estado, a liberdade religiosa e a censura aos Meios de Comunicação de Massa como instrumento de preservação de moral. Há ainda a proposta de se criarem Núcleos de Militância Evangélica, para cuidar das questões específicas concernentes aos protestantes espalhados pelo País.

Durante os três dias de debates, foram formados vários grupos de trabalho para estudar as questões inerentes à comunidade protestante do Brasil. As reclamações giram em torno da hegemonia da Igreja Católica no recebimento de favores do Estado e no controle do ensino religioso das escolas públicas de todo o País. Este domínio dos católicos, segundo alguns debatedores, afeta também a concessão de canais de rádio e TV e a veiculação de informações nos meios de comunicação.

Radicalização

Apesar do caráter teoricamente democrático dos trabalhos, algumas posições demonstram a radicalização dos evangélicos em torno dos seus ideais religiosos. Um participante falou no perigo do "fetichismo e das ideologias diabólicas" no mundo atual, e pregou uma maior ação das igrejas evangélicas para proteger a população destas ameaças. Uma possível "invasão comunista" também preocupa alguns segmentos mais radicais, e o recente reatamento de relações entre Brasil e Cuba foi tomado por alguns também como uma ameaça.

Deixando de lado os radicalismos, alguns oradores tocaram em pontos como a relação entre o compromisso eleitoral de cada candidato e o compromisso evangélico dos mesmos. "Se não há justiça nas igrejas, isso compromete as plataformas políticas", diziam alguns. Aspectos socio-políticos como a reforma agrária, o papel das Forças Armadas e as relações familiares também foram discutidas e resumidos no documento principal.

Um dos pontos mais discutidos e polêmicos dos debates foi a questão do ensino religioso nas escolas públicas. Uma corrente pregava a extinção deste ramo do ensino, pois entendia que os evangélicos estavam em desvantagem face ao ensino da religião católica e até de um "espiritismo velado" em algumas escolas. Os mais liberais, no entanto, optaram por um ensino religioso de cunho ecumênico, salientando o papel da escola na vida das crianças e o tempo que ela toma na vida de cada um. Como não se chegou a um acordo, esta foi uma das questões deixadas em aberto pela plenária.

Candidatos

Em Brasília, existem 15 candidatos a deputado e 4 a senadores entre os 80 mil evangélicos da cidade. Segundo um político, este grande número de candidatos demonstra a falta de união da comunidade, e pode levar a uma derrota inesperada. Como nos debates, as posições dos vários candidatos são divergentes: alguns são mais radicais e outros mais liberais. Fernando Conde, candidato pelo Partido Municipalista Brasileiro, por exemplo, pretende "moralizar a sociedade brasileira" e vai colocar a questão evangélica no Senado. Já Benedito Domingos, do PFL, se diz evangélico por uma contingência da vida, e não pretende se restringir somente a este segmento, preocupado com um possível sectarismo. "É preciso que todos saibam dar a César o que é de César, e dar a Deus o que é de Deus", afirma.

Negros querem participação

Os negros também querem participar da elaboração da nova constituição do País. Para eles, o momento é de mobilização nacional no sentido de garantir a defesa de seus interesses. Na próxima terça-feira, representantes de entidades negras de todo o Brasil vão estar em Brasília participando da Convenção Nacional do Negro e a Constituinte, que tem como objetivo formular propostas concretas a serem encaminhadas aos deputados constituintes.

A Convenção vai abordar os principais interesses da comunidade negra brasileira, desde a questão da terra, passando pela cultura, educação, trabalho, direitos e garantias individuais, condições de vida, saúde e educação. Cada Estado apresentará um documento com propostas elaboradas nas convenções estaduais realizadas no mês passado.

No documento encaminhado pela comissão coordenadora da convenção às entidades de todo o País, os representantes do movimento negro de Brasília alertam para a neces-

sidade de uma grande mobilização nesse momento político, para que possam garantir avanços na luta pelo fim do racismo e por uma sociedade sem explorados e exploradores.

Surdo

Os negros estão se mobilizando também para escolher, nas próximas eleições, candidatos realmente identificados com a sua causa. "Nosso voto não é mercadoria, mas uma arma que dispomos para nos fazer representar num Parlamento que, até o momento, continua surdo às nossas reivindicações", diz o documento.

Aos partidos políticos e aos deputados congressistas, eles vão apresentar um elenco de propostas surgidas nesta Convenção, sempre direcionadas para a conquista de uma efetiva democracia racial no Brasil. A convenção será realizada até o dia 27, no Conjunto Cultural da Caixa Econômica Federal, sob a coordenação do Movimento Negro Unificado e Centro de Estudos Afro-Brasileiros.